

CONV 221/02

## **NEW VERSION**

CONTRIB 76

### **NOTA DE ENVIO**

---

de: Secretariado

para: Convenção

---

**Assunto: Contributo de Jacob Söderman, Provedor de Justiça Europeu:  
"Propostas de alteração aos Tratados"**

O Secretário-Geral da Convenção recebeu de Jacob Söderman, Provedor de Justiça Europeu, o contributo que figura em anexo.

---

**1. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DO TRATADO APRESENTADAS PELO PROVEDOR DE JUSTIÇA EUROPEU**

Em 24 e 25 de Junho de 2002, o Provedor de Justiça Europeu apresentou à Convenção Europeia propostas relativas aos seguintes assuntos:

- Direitos fundamentais
- Capítulo sobre as vias de recurso
- Direito administrativo europeu
- Rede de provedores e de entidades competentes para o tratamento de petições nos Estados-Membros

Os discursos do Provedor de Justiça figuram no respectivo sítio "web", nomeadamente no seguinte endereço:

*<http://www.euro-ombudsman.eu.int/speeches/en/default.htm>.*

A presente nota contém projectos de novas disposições do Tratado ou projectos de alteração ao mesmo tendentes a implementar as propostas do Provedor de Justiça.

Uma vez que a Convenção poderá propor alterações à arquitectura dos Tratados, a localização exacta do texto dos projectos de disposições no respectivo enunciado não pode ser definitivamente estabelecida, razão pela qual as referências aos artigos existentes do Tratado CE são colocadas entre parêntesis rectos [...]. Paralelamente, será, em parte, necessária uma nova redacção, caso a estrutura de "pilares" em vigor na União seja objecto de revisão ou de revogação.

**1.1. 1. Direitos fundamentais e humanos**

*1.1.1. Texto proposto:*

*Artigo ?*

## *Direitos fundamentais e humanos*

**1. As disposições da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia vinculam as instituições e os órgãos comunitários, bem como os Estados-Membros, quando apliquem o direito comunitário.**

**2. A Comunidade pode aderir a acordos internacionais para a protecção e a promoção dos direitos humanos, em conformidade com os procedimentos previstos no [Artigo 300ºCE]. As obrigações assim assumidas vinculam as instituições e os órgãos comunitários, bem como os Estados-Membros, quando apliquem o direito comunitário.**

**3. Se o Provedor de Justiça Europeu considerar, após a realização de um inquérito, de acordo com o disposto no [Artigo 195ºCE], que um Estado-Membro ou uma instituição ou órgão comunitário não respeita um direito fundamental ou humano de carácter vinculativo nos termos do direito comunitário pode submeter o assunto à apreciação do Tribunal de Justiça.**

### *1.1.2. Observações:*

A presente proposta de disposição baseia-se na estrutura de "pilares" existente na União e poderia ser incluída na Parte I (Os Princípios) do Tratado CE, reportando-se, por conseguinte, mais propriamente ao direito comunitário do que ao direito da União, mesmo no n° 1, que repousa no artigo 51º da Carta.

Se a estrutura de "pilares" em vigor na União fosse abolida, a presente disposição poderia ser conjugada com o enunciado do artigo 6º do TUE.

Caso a Convenção proponha um Tratado Constitucional, este deveria incluir uma versão reformulada da presente disposição.

Cumpriria igualmente aditar à secção do Tratado CE respeitante ao Tribunal de Justiça uma nova disposição correspondente ao n° 3.

## **1.2. 2. Capítulo sobre as vias de recurso**

### *1.2.1. Texto proposto:*

## ***CAPÍTULO ?***

## ***VIAS DE RECURSO***

## *Artigo a*

### *Princípios gerais*

**1. Para efeitos de protecção dos seus direitos tutelados pelo direito comunitário, incluindo os direitos fundamentais e humanos, todas as pessoas têm acesso às seguintes vias de recurso, em consonância com as disposições do presente capítulo:**

- interposição de uma acção para um tribunal competente;**
- apresentação de petições ao Parlamento Europeu e de queixas ao Provedor de Justiça Europeu;**
- apresentação de petições a um órgão legislativo ou de queixas a um provedor em cada Estado-Membro.**

## *Artigo b*

### *Recurso judicial*

**1. Qualquer pessoa singular ou colectiva tem o direito de interpor recurso para o Tribunal de Justiça contra a Comunidade e as suas instituições e órgãos, nos termos do disposto nos [artigos 230°, 232° e 235°CE].**

**2. Qualquer pessoa singular ou colectiva tem o direito a protecção judicial efectiva, por parte dos órgãos jurisdicionais nacionais, relativamente aos direitos que lhe são reconhecidos pelo direito comunitário. A fim de proteger esses direitos, pode interpor recurso para os órgãos jurisdicionais nacionais contra organismos públicos dos Estados-Membros e outras pessoas singulares ou colectivas.**

**O Tribunal de Justiça decide, a título prejudicial, das questões de direito comunitário que lhe sejam submetidas pelos órgãos jurisdicionais nacionais, em conformidade com o disposto no [artigo 234°CE].**

## *Artigo c*

### *Direito de petição ao Parlamento Europeu*

**1. Qualquer cidadão da União, bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro, tem o direito de apresentar petições ao Parlamento Europeu, nos termos do disposto no [artigo**

194ºCE].

**2. A solicitação do Parlamento Europeu, a Comissão Europeia coopera no tratamento de petições relativas a eventuais violações do direito comunitário por parte dos Estados-Membros, aplicando os procedimentos utilizados para os efeitos do [Artigo 226ºCE].**

#### *Artigo d*

##### *Provedores e entidades competentes para o tratamento de petições*

**1. Qualquer cidadão da União e qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro tem o direito de apresentar queixas ao Provedor de Justiça Europeu respeitantes a casos de má administração na actuação das instituições e organismos comunitários, em conformidade com o disposto no [Artigo 195ºCE].**

**2. Qualquer cidadão da União ou qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro tem o direito de apresentar queixas a um provedor ou entidade independente com competência para o tratamento de petições respeitantes a casos de má administração na aplicação do direito comunitário por parte de organismos públicos de um Estado-Membro. Se nenhum provedor ou entidade responsável pelo tratamento de petições num Estado-Membro for competente para a apreciação do assunto, a queixa pode ser dirigida ao Provedor de Justiça Europeu.**

**O Provedor de Justiça Europeu pode submeter à apreciação do Tribunal de Justiça questões em matéria de direitos fundamentais ou humanos, em conformidade com o [Artigo relativo aos direitos fundamentais e humanos: cf. secção 1 *supra*].**

##### *1.2.2. Observações:*

Se a Convenção propuser um Tratado Constitucional, este deveria incluir o presente capítulo. Se o capítulo for aditado ao Tratado CE em vigor, deveria ser inserido na Parte I (Os Princípios).

Se os artigos c e d forem aprovados, será desnecessário manter a referência ao direito de petição e ao Provedor de Justiça Europeu no actual artigo 21ºCE. Na secção 3 *infra* propõe-se que estes excertos do artigo 21º sejam substituídos por disposições relativas ao direito à boa administração.

O n.º 2 do artigo d constitui uma disposição mínima: não prejudica a possibilidade de o direito nacional conferir um mandato alargado a um provedor ou entidade competente para o tratamento de petições.

### **1.3. 3. Direito administrativo europeu**

#### *1.3.1. Texto proposto:*

**As instituições e os órgãos comunitários exercem as suas actividades de acordo com o direito à boa administração. Os princípios da boa conduta administrativa, que devem ser observados pelas instituições e órgãos comunitários, bem como pelo seu pessoal, são estabelecidos pelo Conselho, deliberando nos termos do procedimento previsto no artigo 251º, no prazo de um ano a contar da data de entrada em vigor do Tratado [...].**

#### *1.3.2. Observações:*

Esta disposição poderia ser incluída na Parte II do Tratado CE (A cidadania da União), eventualmente em substituição dos dois primeiros travessões do actual artigo 21º. Em alternativa, poderia ser inserida na Parte I do Tratado (Os princípios) ou na Parte V (As Instituições da Comunidade).

Atendendo ao trabalho já levado a efeito no contexto do Código Europeu de Boa Conduta Administrativa, aprovado pelo Parlamento Europeu em 6 de Setembro de 2001, o prazo de um ano proposto afigura-se suficiente.

### **1.4. 4. Rede de provedores e de entidades competentes para o tratamento de petições nos Estados-Membros**

#### *1.4.1. Texto proposto:*

#### ***Artigo 195***

**(....)**

**4. O Provedor de Justiça Europeu e os provedores e entidades responsáveis pelo tratamento de petições nos Estados-Membros cooperam num espírito de confiança, mantendo a sua independência.**

**5. Um provedor ou uma entidade responsável pelo tratamento de petições num Estado-Membro pode remeter para o Provedor de Justiça Europeu um caso que diga respeito a direitos fundamentais nos termos do direito comunitário. Tais queixas podem ser directamente endereçadas ao Provedor de Justiça Europeu se nenhum provedor ou entidade responsável pelo tratamento de petições no Estado-Membro for competente para tratar o assunto.**

(...)

*1.4.2. Observações:*

O actual n° 4 do artigo 195°CE passaria a constituir o n° 6.

Estrasburgo, 12 de Julho de 2002

Jacob Söderman

---